

# Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO AO PROCESSO PENAL. SISTEMAS PROCESSUAIS PENAIS. PRINCÍPIOS PROCESSUAIS PENAIS E CONSTITUCIONAIS .....</b>	<b>1</b>
1.1 Introdução ao processo penal.....	1
1.1.1 Considerações gerais.....	1
1.1.2 O processo penal.....	2
1.1.3 Conteúdo do processo penal.....	2
1.1.4 Fontes do direito processual penal.....	3
1.2 Sistemas processuais penais .....	9
1.2.1 Sistema acusatório .....	9
1.2.2 Sistema inquisitivo.....	10
1.2.3 Sistema misto ou inquisitivo garantista.....	10
1.2.4 Quadro comparativo .....	10
1.2.5 Sistema processual penal adotado no Brasil.....	12
1.2.6 Temas controvertidos à luz do sistema acusatório .....	14
1.3 Princípios processuais penais e constitucionais.....	18
1.3.1 Princípio da verdade real .....	18
1.3.2 Princípio <i>ne procedat judex ex officio</i> ou da iniciativa das partes .....	20
1.3.3 Princípio do devido processo legal.....	22
1.3.4 Vedação à utilização de provas ilícitas .....	24
1.3.5 Princípio da presunção de inocência ou de não culpabilidade ou estado de inocência .....	26
1.3.6 Princípio da obrigatoriedade de motivação das decisões judiciais .....	30
1.3.7 Princípio da publicidade.....	33
1.3.8 Princípio da imparcialidade do juiz.....	34
1.3.9 Princípio da isonomia processual .....	35
1.3.10 Princípio do contraditório.....	36

1.3.11	Princípio da ampla defesa .....	38
1.3.12	Princípio do duplo grau de jurisdição .....	40
1.3.13	Princípio do juiz natural .....	40
1.3.14	Princípio do promotor natural .....	42
1.3.15	Outros princípios que informam o processo penal .....	43
1.4	Questões .....	45

<b>2.</b>	<b>LEI PROCESSUAL PENAL: EFICÁCIA NO TEMPO E NO ESPAÇO. A LEI PROCESSUAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS. A INTERPRETAÇÃO E A INTEGRAÇÃO DA LEI .....</b>	<b>49</b>
2.1	Considerações gerais .....	49
2.2	Lei Processual Penal no Espaço .....	50
2.2.1	Considerações gerais .....	50
2.3	Lei Processual Penal no Tempo .....	54
2.3.1	Considerações gerais .....	54
2.3.2	O conflito intertemporal diante da reforma introduzida ao Código de Processo Penal pelas Leis 11.689/2008 e 11.719/2008 .....	56
2.3.3	Normas processuais heterotópicas e normas processuais híbridas ou mistas .....	57
2.3.3.1	Normas processuais heterotópicas .....	57
2.3.3.2	Normas mistas ou híbridas .....	59
2.3.3.3	Gráfico comparativo entre as normas heterotópicas e as normas híbridas .....	59
2.3.4	Atividade e extratividade .....	60
2.3.5	A revogação, a derrogação e a ab-rogação da lei processual penal .....	62
2.3.6	A temporalidade em sede de execução criminal .....	63
2.3.7	A lei penal no tempo diante do crime continuado e do crime permanente .....	64
2.4	Lei Processual Penal em relação às pessoas: imunidades processuais penais .....	65
2.4.1	Imunidades diplomáticas <i>lato sensu</i> .....	65
2.4.1.1	Imunidades dos agentes diplomáticos .....	68
2.4.1.2	Imunidades dos agentes consulares .....	69
2.4.1.3	Esquema comparativo .....	69
2.4.2	Imunidades parlamentares .....	70
2.4.2.1	Imunidade parlamentar material .....	71
2.4.2.2	Imunidades parlamentares processuais .....	73
2.4.2.3	Os limites temporais das imunidades processuais .....	79
2.4.2.4	Instauração de inquérito policial contra parlamentar .....	79
2.4.2.5	Imunidades processuais de suplentes de parlamentares .....	80

2.4.2.6	Impossibilidade de renúncia às imunidades processuais.....	80
2.4.2.7	Imunidades de parlamentares estaduais.....	80
2.4.2.8	Imunidades de vereadores municipais.....	80
2.4.2.9	Esquema sintetizado das imunidades parlamentares...	81
2.5	A interpretação e a integração da lei processual penal .....	83
2.5.1	Interpretação .....	83
2.5.2	Integração da Lei Processual Penal .....	86
2.6	Questões.....	90
<b>3.</b>	<b>SUJEITOS DO PROCESSO. COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS: CITAÇÕES, INTIMAÇÕES E NOTIFICAÇÕES .....</b>	<b>93</b>
3.1	Sujeitos do processo .....	93
3.1.1	Juiz criminal.....	94
3.1.1.1	Considerações gerais .....	94
3.1.1.2	Prerrogativas do juiz .....	95
3.1.1.3	Vedações à magistratura.....	97
3.1.1.4	Impedimento atinente aos juízes .....	98
3.1.1.5	Suspeição dos magistrados .....	98
3.1.1.6	Cessação e manutenção do impedimento e da suspeição .....	99
3.1.1.7	Natureza do vício decorrente do impedimento e da suspeição .....	100
3.1.2	Ministério Público.....	100
3.1.2.1	Considerações gerais .....	100
3.1.2.2	Natureza da instituição.....	102
3.1.2.3	Organização do Ministério Público .....	102
3.1.2.4	Prerrogativas .....	103
3.1.2.5	Vedações .....	103
3.1.2.6	Princípios que informam o Ministério Público .....	104
3.1.2.7	Impedimento e suspeição do representante do Ministério Público.....	105
3.1.2.8	Promotor natural.....	105
3.1.2.9	Promotor <i>ad hoc</i> .....	107
3.1.3	Acusado.....	107
3.1.3.1	Capacidade para ser acusado no processo criminal .....	107
3.1.3.2	Identificação do acusado .....	108
3.1.3.3	Obrigação de comparecimento do acusado a atos do processo.....	109
3.1.3.4	Direito do acusado ao silêncio e � não autoincriminação ( <i>nemo tenetur se detegere</i> ).....	112
3.1.3.5	Outras garantias inerentes ao acusado no processo penal.....	113
3.1.4	Defensor .....	115

3.1.4.1	Considerações gerais .....	115
3.1.4.2	Exigência de defesa técnica fundamentada.....	117
3.1.4.3	Curador ao réu menor de 21 anos .....	119
3.1.4.4	Recusa ao patrocínio pelo defensor dativo.....	119
3.1.4.5	Abandono do processo pelo defensor .....	119
3.1.4.6	Impedimento do advogado.....	121
3.1.4.7	Voluntariedade quanto à interposição de recursos...	121
3.1.5	Assistente de acusação .....	122
3.1.5.1	Considerações gerais e legitimidade .....	122
3.1.5.2	Fundamentos da assistência ao Ministério Público.	124
3.1.5.3	Habilitação ou admissão do assistente.....	125
3.1.5.4	Faculdades inerentes ao assistente de acusação .....	126
3.1.5.5	O assistente do Ministério Público e a legitimidade recursal .....	127
3.2	Comunicação dos atos processuais: citações, intimações e notifi- cações .....	128
3.2.1	Citações .....	129
3.2.1.1	Considerações gerais .....	129
3.2.1.2	Espécies de citação .....	132
3.2.1.3	Citação por mandado .....	132
3.2.1.4	Citação por meio de carta precatória.....	133
3.2.1.5	Citação por meio de carta rogatória.....	134
3.2.1.6	Citação do militar.....	135
3.2.1.7	Citação do funcionário público .....	136
3.2.1.8	Citação do réu preso .....	136
3.2.1.9	Citação por meio de carta de ordem .....	137
3.2.1.10	Citação por edital .....	137
3.2.1.11	Citação por hora certa.....	139
3.2.2	Intimações e notificações.....	140
3.2.2.1	Considerações gerais .....	140
3.2.2.2	Intimações (notificações) do Ministério Público, do defensor, do advogado do querelante e do advogado do assistente de acusação.....	141
3.2.2.3	Intimação da sentença condenatória, da decisão de pronúncia e dos acórdãos dos tribunais.....	142
3.3	Questões.....	144
4.	<b>INQUÉRITO POLICIAL</b> .....	149
4.1	Considerações preliminares .....	149
4.2	A polícia judiciária e a persecução penal.....	152
4.3	Características do inquérito policial.....	154
4.4	O início do inquérito policial.....	156
4.4.1	Crimes de ação penal pública incondicionada.....	156
4.4.2	Crimes de ação penal pública condicionada .....	159



4.4.3 Crimes de ação penal privada.....	162
4.4.4 Síntese das formas de instauração do inquérito policial.....	165
4.5 Diligências investigatórias.....	165
4.5.1 Identificação criminal do indiciado (Lei 12.037/2009) .....	172
4.5.1.1 Abrangência.....	172
4.5.1.2 Pessoa civilmente identificada para efeitos da Lei 12.037/2009 .....	173
4.5.1.3 Permissivos da identificação criminal.....	173
4.5.1.4 A identificação criminal diante do arquivamento do inquérito, da rejeição da denúncia ou da prolação de sentença absolutória.....	177
4.5.1.5 Identificação criminal e qualificação do indiciado..	179
4.5.1.6 Identificação criminal e condução coercitiva.....	179
4.5.1.7 Proibição de constrangimento ao identificado.....	180
4.5.1.8 A disciplina da identificação criminal antes e depois da Lei 12.037/2009: síntese comparativa.....	180
4.5.2 Reprodução simulada (art. 7.º do CPP) .....	184
4.6 Prazos de conclusão do inquérito policial .....	186
4.6.1 Regra geral determinada pelo Código de Processo Penal....	186
4.6.2 Impossibilidade de cumprimento dos prazos pela autoridade policial.....	188
4.6.3 O art. 10 do CPP e a prisão temporária .....	188
4.6.4 Outros prazos de conclusão do inquérito policial previstos em leis especiais.....	190
4.7 Incomunicabilidade .....	191
4.7.1 Subsistência no ordenamento jurídico .....	191
4.7.2 A incomunicabilidade do preso e o regime disciplinar diferenciado .....	192
4.8 Sigilo.....	194
4.9 Atuação do advogado no curso do inquérito policial.....	195
4.9.1 Requerimento de diligências ao delegado de polícia .....	196
4.9.2 Possibilidade de acompanhar e de intervir na produção da prova.....	196
4.10 Conclusão ou encerramento do inquérito policial .....	197
4.11 Indiciamento .....	197
4.12 Destino do inquérito policial chegando a juízo .....	199
4.13 Arquivamento do inquérito e surgimento de novas provas.....	202
4.14 Arquivamento implícito e arquivamento indireto do inquérito policial.	205
4.14.1 Arquivamento implícito de inquérito policial .....	205
4.14.2 Arquivamento indireto de inquérito policial .....	206
4.14.3 Gráfico comparativo entre o arquivamento implícito e o arquivamento indireto.....	207

4.15 Inquérito presidido por autoridade policial pertencente a circunscrição distinta .....	207
4.16 Termo circunstanciado .....	208
4.17 Condução de investigação criminal pelo Ministério Público .....	210
4.18 Questões .....	213
<b>5. AÇÃO PENAL .....</b>	<b>217</b>
5.1 Considerações preliminares .....	217
5.2 Condições da ação penal .....	218
5.2.1 Condições gerais da ação .....	218
5.2.2 Condições especiais da ação ou condições de procedibilidade .....	222
5.2.3 Condições objetivas de punibilidade e escusas absolutórias .....	222
5.2.4 Gráfico comparativo .....	223
5.3 Classificação da ação penal .....	224
5.4 Ação penal pública incondicionada .....	227
5.4.1 Titularidade .....	227
5.4.2 Princípios .....	228
5.5 Ação penal pública condicionada à representação .....	232
5.5.1 Titularidade .....	232
5.5.2 Representação .....	232
5.5.2.1 Condição de procedibilidade .....	232
5.5.2.2 Forma da representação .....	233
5.5.2.3 Extensão da representação .....	234
5.5.2.4 Titulares do direito de representação .....	234
5.5.2.5 Prazo da representação .....	236
5.5.2.6 Destinatário da representação .....	236
5.5.2.7 Irretratabilidade depois de ajuizada ação penal .....	237
5.5.2.8 Não vinculação do Ministério Público .....	237
5.5.3 A requisição do Ministro da Justiça .....	238
5.5.3.1 Generalidades .....	238
5.5.3.2 Prazo da requisição .....	238
5.5.3.3 Reconsideração pelo Ministro da Justiça .....	238
5.5.3.4 Destinatário da requisição .....	238
5.6 Ação penal privada exclusiva .....	239
5.6.1 Titularidade .....	239
5.6.2 Princípios .....	240
5.6.3 Prazo e legitimados para o exercício do direito de queixa ..	241
5.6.4 Indivisibilidade da ação penal privada .....	242
5.6.5 Renúncia ao exercício do direito de queixa e perdão do ofendido .....	243
5.6.5.1 Renúncia (arts. 49 e 50 do CPP) .....	243
5.6.5.2 Perdão do ofendido (arts. 51 a 59 do CPP) .....	245

5.6.6	Perempção da ação penal privada .....	248
5.7	Ação penal privada subsidiária da pública.....	251
5.7.1	Considerações gerais.....	251
5.7.2	Prazo.....	251
5.7.3	Ação penal privada subsidiária da pública e diligências requeridas pelo Ministério Público .....	252
5.7.4	Ação penal privada subsidiária da pública e arquivamento do inquérito policial.....	253
5.7.5	Papel do Ministério Público diante do ajuizamento da ação penal privada subsidiária da pública .....	254
5.7.6	Perdão do querelante na ação penal privada subsidiária da pública .....	255
5.7.7	Síntese esquematizada: ação penal pública e ação penal privada.....	255
5.8	Ação penal privada personalíssima.....	258
5.9	Ação penal popular.....	259
5.9.1	Considerações gerais.....	259
5.9.2	Alterações em nível constitucional e infraconstitucional .....	259
5.9.3	A natureza das infrações previstas na Lei 1.079/1950 e a constitucionalidade da <i>ação penal popular</i> .....	262
5.10	Legitimação secundária (ação penal secundária) e legitimação concorrente .....	265
5.10.1	Legitimação secundária .....	265
5.10.2	Legitimação concorrente.....	266
5.11	Providências do Ministério Público ao ter vista do inquérito policial... ..	267
5.11.1	Oferecimento da denúncia (1. <sup>a</sup> opção) .....	268
5.11.2	Procedimento a ser adotado pelo Ministério Público ao ter vista de inquérito policial que investigou crime de ação penal privada (2. <sup>a</sup> opção).....	274
5.11.3	Procedimento do Ministério Público quando, recebendo o inquérito policial, entender necessária a realização de diligências complementares (3. <sup>a</sup> opção).....	275
5.11.3.1	Devolução do inquérito com requerimento de diligências ao juízo.....	276
5.11.3.2	Diligências determinadas ou requisitadas pelo próprio Ministério Público .....	277
5.11.4	Hipótese de arquivamento do inquérito policial (4. <sup>a</sup> opção). ..	277
5.11.5	Remessa dos autos do inquérito a juízo distinto (5. <sup>a</sup> opção).. ..	277
5.12	A queixa-crime na ação penal privada (exclusiva, personalíssima e subsidiária).....	280
5.13	A decisão que recebe a denúncia e a queixa-crime .....	282
5.14	A decisão que rejeita a denúncia e a queixa-crime.....	283

5.14.1	A inépcia da denúncia ou da queixa como motivo de sua rejeição (art. 395, I).....	283
5.14.2	Falta de pressuposto processual (art. 395, II, 1.ª parte).....	284
5.14.3	Falta de condição para o exercício da ação penal (art. 395, II, 2.ª parte).....	285
5.14.4	Falta de justa causa (art. 395, III).....	285
5.15	Questões .....	286
<b>6.</b>	<b>AÇÃO CIVIL .....</b>	<b>291</b>
6.1	Considerações preliminares .....	291
6.2	A sentença condenatória e a reparação do dano civil .....	292
6.2.1	Efeitos da condenação .....	292
6.2.2	Relação entre os efeitos da condenação e a obrigação de indenizar .....	295
6.2.3	Questões controvertidas.....	296
6.3	A sentença absolutória e a obrigação de indenizar o dano civil .....	300
6.4	Vias judiciais à disposição do ofendido para ressarcir-se do prejuízo causado pela prática criminosa .....	305
6.4.1	Ação de execução <i>ex delicto</i> .....	305
6.4.1.1	Generalidades.....	305
6.4.1.2	Quantificação do valor a ser indenizado à vítima... ..	306
6.4.1.3	Legitimação.....	315
6.4.1.4	Prescrição.....	316
6.4.1.5	Desconstituição da sentença penal transitada em julgado por meio de revisão criminal.....	316
6.4.2	Ação civil <i>ex delicto</i> .....	317
6.4.2.1	Generalidades.....	317
6.4.2.2	Legitimação.....	319
6.4.2.3	Prescrição.....	320
6.4.3	Esquema de alternativas possíveis envolvendo as ações reparatorias .....	320
6.5	Questões.....	321
<b>7.</b>	<b>QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES .....</b>	<b>325</b>
7.1	Questões prejudiciais (arts. 92 a 94 do CPP).....	326
7.1.1	Considerações gerais.....	326
7.1.2	Questões prejudiciais e questões preliminares (ou prévias)..	327
7.1.3	Classificação segundo o grau de influência .....	327
7.1.4	Classificação segundo o caráter ou natureza.....	328
7.1.5	Questões prejudiciais penais (homogêneas, comuns, imperfeitas ou não devolutivas) .....	328
7.1.6	Questões prejudiciais extrapenais (heterogêneas, jurisdicionais, perfeitas ou devolutivas) .....	329



7.1.6.1	Questões prejudiciais extrapenais devolutivas absolutas (ou obrigatórias) .....	329
7.1.6.2	Questões prejudiciais extrapenais devolutivas relativas (ou facultativas).....	331
7.1.6.3	Impugnação da suspensão do processo ou de seu indeferimento .....	332
7.1.6.4	Suspensão do processo “ex officio”.....	333
7.1.6.5	Outras questões pertinentes às questões prejudiciais absolutas e relativas .....	333
7.1.6.6	Síntese comparativa entre as questões prejudiciais absolutas e relativas .....	333
7.2	Exceções (arts. 95 a 111 do CPP).....	334
7.2.1	Previsão legal.....	334
7.2.2	Classificação.....	335
7.2.3	Exceção de suspeição .....	335
7.2.3.1	Considerações gerais .....	335
7.2.3.2	Momento da propositura.....	336
7.2.3.3	Procedimento .....	337
7.2.3.4	Validade dos atos praticados pelo juiz suspeito .....	339
7.2.3.5	Impedimento .....	340
7.2.3.6	Afirmação <i>ex officio</i> .....	340
7.2.3.7	Outros sujeitos passivos da exceção de suspeição (e de impedimento).....	340
7.2.4	Exceção de incompetência do juízo .....	345
7.2.4.1	Considerações gerais .....	345
7.2.4.2	Momento para a propositura.....	346
7.2.4.3	Procedimento .....	346
7.2.4.4	Declaração de ofício pelo juiz.....	348
7.2.5	Exceção de litispendência .....	349
7.2.5.1	Considerações gerais.....	349
7.2.5.2	Processo junto ao qual deve ser arguida a exceção de litispendência. Prazo .....	350
7.2.5.3	Procedimento .....	351
7.2.5.4	Declaração de ofício pelo juiz.....	351
7.2.6	Exceção de ilegitimidade de parte.....	351
7.2.6.1	Considerações gerais .....	351
7.2.6.2	Prazo .....	352
7.2.6.3	Procedimento .....	353
7.2.6.4	Declaração de ofício pelo juiz.....	353
7.2.7	Exceção de coisa julgada.....	353
7.2.7.1	Considerações gerais – natureza, prazo e procedimento.....	353
7.2.7.2	Coisa julgada formal, coisa julgada material e coisa soberanamente julgada .....	354
7.2.7.3	A exceção de coisa julgada e os limites objetivos e subjetivos .....	358

7.2.7.4	Exceção de coisa julgada no concurso formal de crimes.....	359
7.2.7.5	Exceção de coisa julgada no crime continuado .....	360
7.2.7.6	Exceção de coisa julgada nos crimes permanentes.....	362
7.2.7.7	Exceção de coisa julgada nos crimes habituais.....	362
7.2.8	Formas de impugnação da decisão judicial proferida nas exceções de suspeição, incompetência, litispendência, ilegitimidade de parte e coisa julgada.....	363
7.2.8.1	Procedência e improcedência da exceção de suspeição.....	363
7.2.8.2	Procedência e improcedência das exceções de incompetência, litispendência, ilegitimidade de parte e coisa julgada.....	363
7.2.8.3	Reconhecimento ex officio pelo juiz da incompetência do juízo, litispendência, ilegitimidade de parte e coisa julgada.....	363
7.2.8.4	Exceções: gráfico esquematizado .....	364
7.3	Conflito de jurisdição (arts. 113 a 117 do CPP) .....	365
7.3.1	Considerações gerais.....	365
7.3.2	Legitimidade .....	365
7.3.3	Forma e oportunidade .....	365
7.3.4	Procedimento.....	366
7.3.5	Distinção entre conflito de competência/jurisdição e conflito de atribuições no caso concreto .....	366
7.3.6	Avocatória .....	368
7.3.7	Competência para a decisão sobre os conflitos de competência e jurisdição.....	369
7.4	Restituição das coisas apreendidas (arts. 118 a 124 do CPP).....	373
7.4.1	Considerações gerais.....	373
7.4.2	Pedido de restituição e incidente de restituição.....	376
7.4.2.1	Pedido de restituição.....	376
7.4.2.2	Incidente de restituição .....	377
7.4.3	Oitiva prévia do Ministério Público.....	378
7.4.4	Impugnação da decisão acerca do deferimento e do indeferimento do pedido de restituição e do incidente de restituição ..	379
7.4.5	Esquema ilustrativo das possibilidades envolvendo a restituição de coisas apreendidas .....	380
7.5	Medidas assecuratórias (arts. 125 a 144 do CPP).....	381
7.5.1	Considerações gerais.....	381
7.5.2	A ação de execução <i>ex delicto</i> e a ação civil <i>ex delicto</i> .....	382
7.5.2.1	Ação de execução <i>ex delicto</i> .....	382
7.5.2.2	Ação civil <i>ex delicto</i> .....	383
7.5.2.3	Breve esquema das formas judiciais de reparação do dano .....	385

7.5.3	Sequestro de bens imóveis (arts. 125 a 133 do CPP).....	385
7.5.3.1	Considerações gerais .....	385
7.5.3.2	Fases.....	386
7.5.3.3	Requisito indispensável.....	386
7.5.3.4	Legitimidade .....	387
7.5.3.5	Defesa .....	387
7.5.3.6	A apelação e o mandado de segurança como formas de insurgência em relação à decisão de sequestro de bens .....	390
7.5.3.7	Procedimento .....	391
7.5.3.8	Levantamento.....	391
7.5.3.9	Finalização .....	392
7.5.3.10	Observações importantes sobre o sequestro do bem imóvel .....	392
7.5.3.11	Roteiro prático das fases que compõem o sequestro de bem imóvel.....	393
7.5.3.12	Sequestro de bem móvel (arts. 132 e 133 do CPP)...	394
7.5.3.13	Hipóteses de sequestro de bens previstas na legislação especial.....	395
7.5.4	Hipoteca legal (arts. 134 a 144 do CPP).....	401
7.5.4.1	Considerações gerais .....	401
7.5.4.2	Fases.....	402
7.5.4.3	Requisitos indispensáveis.....	402
7.5.4.4	Legitimidade .....	402
7.5.4.5	Defesa .....	403
7.5.4.6	Procedimento .....	403
7.5.4.7	Cancelamento.....	404
7.5.4.8	Observações importantes sobre a hipoteca do bem imóvel .....	405
7.5.4.9	Roteiro prático das fases que compõem a hipoteca legal de bem imóvel .....	406
7.5.5	Arresto prévio ou preventivo .....	407
7.5.5.1	Considerações gerais .....	407
7.5.5.2	Revogação.....	407
7.5.6	Arresto (art. 137 do CPP).....	408
7.5.7	Quadro comparativo entre o sequestro de bens imóveis e móveis, hipoteca legal e arresto .....	409
7.6	Incidente de falsidade documental (arts. 145 a 148 do CPP).....	411
7.6.1	Considerações gerais.....	411
7.6.2	Forma e legitimidade.....	412
7.6.3	Procedimento.....	413
7.6.4	Recurso cabível.....	414
7.6.5	Coisa julgada.....	414
7.7	Incidente de insanidade mental (arts. 149 a 154 do CPP).....	416
7.7.1	Instauração.....	416

7.7.2	Providências relativas à instauração .....	416
7.7.3	Perícia.....	418
7.7.4	Conclusões do incidente de insanidade mental e reflexos no processo criminal.....	419
7.7.5	Considerações sobre a medida de segurança .....	424
7.7.6	Incapacidade mental constatada no curso do procedimento do Tribunal do Júri.....	428
7.7.7	Incapacidade superveniente à execução da pena .....	432
7.8	Questões.....	434
<b>8.</b>	<b>PROVA PENAL .....</b>	<b>437</b>
8.1	Considerações gerais sobre a teoria da prova penal.....	438
8.1.1	A regulamentação do Código.....	438
8.1.2	Conceito e finalidade da prova.....	439
8.1.3	Objeto da prova .....	440
8.1.4	Classificação das provas.....	441
8.1.5	Princípios gerais.....	442
8.1.6	Sistemas de apreciação das provas.....	444
8.1.6.1	Sistema do livre convencimento motivado (ou persuasão racional).....	445
8.1.6.2	Sistema da íntima convicção (ou prova livre, ou certeza moral do juiz).....	447
8.1.6.3	Sistema da prova tarifada (ou certeza moral do legislador, ou verdade legal).....	447
8.1.7	Fases do procedimento probatório.....	448
8.2	Ônus da prova.....	449
8.2.1	Incumbência da acusação e da defesa.....	449
8.2.2	Produção antecipada de provas <i>ex officio</i> pelo juiz .....	450
8.2.3	Produção incidental de provas <i>ex officio</i> pelo juiz.....	453
8.2.4	Ônus da prova quanto ao direito local.....	455
8.3	A valoração da prova penal pelo juiz .....	457
8.3.1	Critério de valoração .....	457
8.3.2	Necessidade de exame conjunto e valor relativo das provas....	458
8.3.3	Prova emprestada.....	458
8.4	Provas ilegais .....	459
8.4.1	Provas ilícitas .....	460
8.4.2	Reconhecimento da ilicitude: procedimento e consequências....	462
8.4.3	Provas ilegítimas.....	464
8.4.4	Provas ilícitas por derivação .....	465
8.4.5	A utilização da prova ilícita em favor do réu diante do princípio da proporcionalidade.....	467
8.4.6	A utilização da prova ilícita <i>pro societate</i> diante do princípio da proporcionalidade.....	469
8.4.7	A utilização das provas ilegítimas <i>pro reo e pro societate</i> ..	471



8.5	Interceptações telefônicas (art. 5.º, XII, da CF e Lei 9.296/1996)...	472
8.5.1	Classificação das interceptações telefônicas <i>lato sensu</i> e o alcance da tutela constitucional .....	472
8.5.2	O reconhecimento de excludentes de ilicitude nas interceptações <i>stricto sensu</i> e escutas telefônicas.....	474
8.5.3	A extensão aplicativa da Lei das Interceptações Telefônicas – Lei 9.296/1996 .....	476
8.5.4	Descoberta fortuita ou ocasional de crime distinto daquele para o qual expedida a ordem judicial .....	478
8.5.5	Legitimados para o pedido e a possibilidade da determinação de interceptações <i>stricto sensu</i> e escutas telefônicas <i>ex officio</i> pelo magistrado.....	479
8.5.6	Prazo para a interceptação <i>stricto sensu</i> e escuta telefônica	481
8.5.7	Medida <i>inaudita altera pars</i> .....	482
8.5.8	Interceptações em face da época do crime e da vigência da lei regulamentadora .....	482
8.5.9	Procedimento determinado pela Lei 9.296/1996 .....	483
8.5.10	Prova emprestada.....	484
8.5.11	Interceptações determinadas por juízo incompetente.....	484
8.5.12	Recurso ou impugnação cabível .....	486
8.6	Interceptação de dados.....	487
8.7	Interceptações ambientais .....	488
8.7.1	Classificação das interceptações ambientais <i>lato sensu</i> e a proteção constitucional .....	488
8.7.2	Gravação de conversa informal entre investigado e autoridade policial.....	492
8.7.3	Interceptações ambientais e o crime organizado (Lei 9.034/1995) .....	493
8.8	O sigilo de correspondência .....	495
8.8.1	Generalidades.....	495
8.8.2	O sigilo da correspondência e o sigilo da encomenda.....	496
8.8.3	A apreensão de cartas abertas.....	497
8.8.4	Violação da correspondência do preso.....	497
8.8.5	Violação do <i>e-mail</i> .....	499
8.9	Exame de corpo de delito (arts. 158 a 184 do CPP).....	499
8.9.1	Conceito e classificação legal .....	499
8.9.2	Obrigatoriedade do exame de corpo de delito e possibilidade de suprimimento .....	501
8.9.3	Formalidades do exame de corpo de delito.....	503
8.9.4	Atuação processual das partes em relação à perícia .....	504
8.9.5	Oitiva dos peritos em audiência .....	508
8.9.6	Divergência entre os peritos.....	509
8.9.7	Laudos complementares .....	510

8.9.8	Momento da perícia.....	510
8.9.9	Não vinculação do magistrado.....	510
8.9.10	Necropsia .....	512
8.9.11	Exumação e inumação .....	512
8.9.12	Lesões corporais graves pela incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias .....	513
8.9.13	Rompimento de obstáculo à subtração da coisa e escalada....	515
8.9.14	Incêndio .....	516
8.9.15	Porte ilegal de arma de fogo .....	517
8.9.16	Majorante de uso de arma de fogo no crime de roubo (art. 157, § 2.º, I, do Código Penal).....	518
8.9.17	Reconhecimento de escritos .....	518
8.9.18	Instrumentos do crime.....	519
8.9.19	Crimes contra a propriedade imaterial .....	519
8.9.20	Quadro-resumo.....	520
8.10	Interrogatório do réu (arts. 185 a 196 do CPP) .....	525
8.10.1	Conceito .....	525
8.10.2	Características .....	525
8.10.3	Natureza jurídica.....	528
8.10.4	Obrigatoriedade de assistência por advogado .....	529
8.10.5	Direito de entrevista pessoal e reservada.....	530
8.10.6	Direito ao silêncio (privilégio <i>nemo tenetur se detegere</i> )....	532
8.10.7	Procedimento.....	532
8.10.8	Novo interrogatório no curso do processo.....	534
8.10.9	O surdo, o mudo, o surdo-mudo e o desconhecedor da língua nacional .....	534
8.10.10	O interrogatório do réu preso .....	535
8.10.11	O interrogatório por meio de videoconferência .....	535
8.11	Confissão (arts. 197 a 200 do CPP).....	539
8.11.1	Considerações gerais.....	539
8.11.2	Valoração .....	539
8.11.3	Classificação.....	540
8.11.4	Divisibilidade e retratabilidade .....	541
8.11.5	Voluntariedade e espontaneidade .....	542
8.11.6	Confissão delatória ou delação ou “chamada de corréu”.....	543
8.11.7	Delação premiada.....	544
8.12	Perguntas ao ofendido (art. 201 do CPP) .....	547
8.12.1	Considerações gerais.....	547
8.12.2	Valor da palavra da vítima .....	548
8.12.3	Alterações introduzidas pela Lei 11.690/2008 .....	548
8.12.3.1	Obrigatoriedade de comunicação ao ofendido quanto a determinados atos processuais e sobre a prisão ou liberdade do acusado.....	549

8.12.3.2 Reserva de lugar em separado para que o ofendido permaneça antes e durante a realização da audiência (§ 4.º) .....	551
8.12.3.3 Encaminhamento do ofendido a atendimento multidisciplinar, se for o caso, às expensas do Estado (§ 5.º) .....	551
8.12.3.4 Adoção das medidas necessárias para resguardar a imagem, honra e vida privada do ofendido (§ 6.º) .....	552
8.13 Prova testemunhal (arts. 202 a 225 do CPP) .....	554
8.13.1 Considerações gerais .....	554
8.13.2 Número máximo de testemunhas .....	555
8.13.3 Capacidade para testemunhar .....	557
8.13.4 Compromisso da testemunha .....	557
8.13.4.1 Compreensão do instituto do compromisso .....	557
8.13.4.2 Testemunhas não sujeitas a compromisso .....	558
8.13.5 A contradita e a arguição de defeito .....	559
8.13.6 Características da prova testemunhal .....	561
8.13.7 Obrigação de comparecimento e obrigação de depor .....	562
8.13.7.1 Dever de comparecimento e suas exceções .....	562
8.13.7.2 Dever de prestar depoimento .....	563
8.13.8 Providências judiciais em caso de falso testemunho .....	565
8.13.8.1 A conduta delituosa .....	565
8.13.8.2 Providências no caso de reconhecimento .....	566
8.13.8.3 Reconhecimento do falso em “plenário de julgamento” .....	566
8.13.8.4 Questões controvertidas .....	568
8.13.9 Quando a presença do réu gerar constrangimento à testemunha .....	570
8.13.10 A audiência de instrução .....	570
8.13.10.1 Ordem de inquirição das testemunhas em audiência .....	570
8.13.10.2 Formulação de perguntas pelas partes .....	571
8.13.11 Carta precatória instrutória .....	573
8.13.11.1 Considerações gerais .....	573
8.13.11.2 Expedição da precatória e intimação das partes .....	575
8.13.11.3 Presença do réu no juízo deprecado .....	575
8.13.12 Testemunho do militar, do funcionário público e do preso ....	576
8.13.12.1 Notificação do militar .....	576
8.13.12.2 Notificação do funcionário público .....	576
8.13.12.3 Notificação do preso .....	576
8.13.13 O corréu pode ser arrolado como testemunha? .....	576
8.13.14 O assistente de acusação pode ser arrolado como testemunha? .....	577
8.14 Reconhecimento de pessoas e coisas (arts. 226 a 228 do CPP) .....	578
8.14.1 Reconhecimento de pessoas .....	578
8.14.2 Reconhecimento de coisas .....	579

8.14.3	Individualidade.....	580
8.14.4	Reconhecimento por meio de videoconferência (art. 185, § 8.º, do CPP).....	580
8.15	Acareações (arts. 229 e 230 do CPP) .....	580
8.15.1	Conceituação e caracterização.....	580
8.15.2	Fases e legitimados.....	580
8.15.3	Sujeitos da acareação.....	581
8.15.4	Obrigatoriedade de comparecimento e de sujeição .....	581
8.15.5	Acareação por meio de carta precatória.....	582
8.16	Prova documental (arts. 231 a 238 do CPP) .....	583
8.16.1	Conceito e classificação.....	583
8.16.2	Momento de produção da prova documental ( <i>lato sensu</i> )....	584
8.16.3	Valor probante dos instrumentos.....	585
8.16.4	Vícios dos documentos e incidente de falsidade documental.	585
8.16.5	A correspondência como documento e sua utilização pelo destinatário como prova contra o remetente.....	586
8.17	Indícios (art. 239 do CPP) .....	587
8.17.1	Considerações gerais.....	587
8.17.2	As presunções .....	588
8.18	Busca e apreensão (arts. 240 a 250 do CPP) .....	588
8.18.1	Considerações gerais.....	588
8.18.2	Busca e apreensão domiciliar .....	589
8.18.2.1	Amplitude de domicílio e as fundadas razões que autorizam a medida.....	589
8.18.2.2	A ordem judicial.....	591
8.18.2.3	Restrição quanto ao horário.....	592
8.18.2.4	Rol taxativo .....	593
8.18.2.5	Busca no escritório do advogado .....	595
8.18.2.6	Desobediência e recalcitrância do morador .....	597
8.18.2.7	Auto de apreensão.....	598
8.18.3	Busca pessoal.....	598
8.18.4	Busca em território pertencente à jurisdição distinta .....	599
8.18.5	Busca e apreensão envolvendo pessoa detentora de foro privilegiado.....	600
8.18.6	Restituição das coisas apreendidas .....	601
8.18.6.1	Pedido de restituição de coisas apreendidas.....	602
8.18.6.2	Incidente de restituição de coisas apreendidas.....	602
8.18.6.3	Coisas adquiridas com o produto da infração penal...	603
8.18.6.4	Coisas lícitas apreendidas e não reclamadas .....	604
8.19	A videoconferência como forma de realização de atos processuais (art. 185, §§ 8.º e 9.º).....	605
8.19.1	O interrogatório mediante videoconferência – resumo.....	605



8.19.2	Outros atos processuais sujeitos ao método da videoconferência .....	605
8.20	Questões.....	607
<b>9.</b>	<b>JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA .....</b>	<b>611</b>
9.1	Jurisdição: Considerações gerais.....	611
9.1.1	Conceito e finalidade.....	611
9.1.2	Princípios.....	612
9.1.3	Características .....	613
9.1.4	Elementos.....	614
9.1.5	Classificação.....	615
9.2	Competência: Considerações gerais.....	616
9.2.1	Espécies de competência.....	616
9.2.2	Início da verificação – o critério <i>ratione materiae</i> (também chamada de <i>competência de jurisdição</i> ou de <i>competência de justiça</i> ).....	617
9.2.3	Processo de verificação da competência: Etapa seguinte – incidência de regras de competência <i>ratione personae</i> .....	620
9.2.4	Processo de verificação da competência: Último momento – estabelecimento da competência territorial para apuração da infração penal.....	621
9.2.5	Lugar do crime (art. 70, <i>caput</i> , do CPP).....	622
9.2.5.1	Teoria do resultado.....	622
9.2.5.2	Teoria da atividade.....	622
9.2.5.3	Teoria da ubiquidade.....	623
9.2.5.4	Situações especiais quanto ao lugar do crime segundo a jurisprudência .....	624
9.2.5.5	Síntese das teorias quanto ao lugar do crime – exemplos de aplicação .....	627
9.2.6	Domicílio do réu como critério de fixação da competência (arts. 72 e 73 do CPP).....	628
9.2.7	Prevenção como critério de fixação da competência (art. 83 do CPP).....	629
9.2.7.1	Considerações gerais sobre a prevenção.....	629
9.2.7.2	Hipóteses legais de utilização da prevenção como critério de definição de competência.....	629
9.2.8	Distribuição como critério de fixação da competência (art. 75 do CPP) .....	631
9.2.9	Gráfico resumido das etapas de fixação da competência.....	632
9.3	A conexão e a continência .....	633
9.3.1	Conexão (art. 76 do CPP).....	634
9.3.1.1	Conexão intersubjetiva (art. 76, I, do CPP) .....	634
9.3.1.2	Conexão objetiva (art. 76, II, do CPP).....	635
9.3.1.3	Conexão instrumental ou probatória (art. 76, III, do CPP).....	636

9.3.2	Continência (art. 77 do CPP).....	637
9.3.2.1	Continência concursal ou por cumulação subjetiva (art. 77, I, do CPP – “duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração”).....	637
9.3.2.2	Continência em razão do concurso formal de crimes da “ <i>aberratio ictus</i> ” e da “ <i>aberratio delicti</i> ” (art. 77, II, do CPP c/c os arts. 70, 73, 2. <sup>a</sup> parte, e 74, 2. <sup>a</sup> parte, todos do CP).....	637
9.3.3	Regras aplicáveis na definição da competência em hipóteses de conexão e continência (art. 78 do CPP).....	638
9.3.3.1	Concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum (art. 78, I, do CPP).....	638
9.3.3.2	Concurso de jurisdições da mesma categoria (art. 78, II, do CPP) .....	639
9.3.3.3	Concurso de jurisdições de categorias distintas (art. 78, III, do CPP) .....	640
9.3.3.4	Concurso entre a jurisdição comum (federal e estadual) e a especial (art. 78, IV, do CPP) .....	643
9.3.4	Separação dos processos em hipóteses de conexão e continência (art. 79 do CPP).....	644
9.3.4.1	Concurso entre a jurisdição comum e militar (art. 79, I) .....	644
9.3.4.2	Concurso entre a jurisdição comum e a Justiça da Infância e da Juventude (art. 79, II).....	644
9.3.4.3	Insanidade mental de corréu apurada em incidente regularmente instaurado .....	645
9.3.4.4	Incompatibilidade entre as recusas de jurados, havendo dois ou mais réus com defensores distintos – arts. 79, § 2.º, e 469, § 1.º (redação determinada pela Lei 11.689/2008), ambos do CPP .....	645
9.3.4.5	Separação facultativa quando se tratar de infrações praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes; quando houver elevado número de réus; ou quando, por qualquer motivo considerado relevante pelo juiz (art. 80 do CPP) .....	647
9.3.5	Perpetuação da jurisdição (art. 81 do CPP).....	648
9.4	Competência pela prerrogativa da função (art. 69, VII, do CPP) ....	649
9.5	Competência da Justiça Federal.....	652
9.5.1	Competências constitucionalmente estabelecidas.....	652
9.6	Competência para julgamento do crime de genocídio.....	661
9.6.1	Considerações gerais.....	661
9.6.2	Juiz Singular ou Tribunal do Júri?.....	662
9.6.3	Justiça Estadual ou Justiça Federal?.....	665
9.7	Questões relevantes.....	667
9.8	Questões.....	668



<b>10. PROCEDIMENTOS COMUM E ESPECIAIS .....</b>	<b>673</b>
10.1 Considerações gerais.....	674
10.1.1 O novo modelo do procedimento ditado pelas Leis 11.689/2008 e 11.719/2008.....	674
10.1.2 O procedimento comum e o procedimento especial.....	675
10.1.3 Os arts. 395 a 397 do CPP e sua aplicação geral e irrestrita a qualquer procedimento de primeiro grau .....	676
10.1.3.1 Rejeição da denúncia e da queixa-crime (art. 395 do CPP).....	676
10.1.3.2 Citação do acusado e resposta à acusação.....	677
10.1.3.3 Conteúdo da resposta do acusado.....	678
10.1.3.4 Possibilidade de julgamento antecipado do processo com absolvição sumária do réu (art. 397 do CPP).....	678
10.2 Procedimento comum ordinário (arts. 394, § 1.º, I, e 395 a 405, do CPP).....	681
10.2.1 Sequência dos atos que compõem o procedimento .....	681
10.2.2 Suspensão condicional do processo .....	689
10.2.3 Esquema dos atos que compõem o procedimento ordinário ....	691
10.3 Procedimento sumário (arts. 394, § 1.º, II, e 531 a 536, do CPP) .....	692
10.3.1 Sequência dos atos que compõem o procedimento.....	692
10.3.2 Esquema dos atos que compõem o procedimento sumário ..	695
10.3.3 Diferenças entre o procedimento ordinário e o procedimento sumário .....	696
10.4 Juizados especiais criminais – fase preliminar e procedimento sumaríssimo (art. 394, § 1.º, III, do CPP, e arts. 77 a 81 da Lei 9.099/1995).....	697
10.4.1 Considerações gerais sobre os Juizados Especiais Criminais .....	697
10.4.2 Princípios e objetivos.....	698
10.4.3 Competência .....	699
10.4.4 Atos chamatórios.....	699
10.4.5 Fase preliminar.....	700
10.4.6 Esquema dos atos que compõem a fase preliminar nos Juizados Especiais Criminais.....	704
10.4.7 Procedimento sumaríssimo (arts. 77 a 81 da Lei 9.099/1995)...	705
10.4.8 Esquema dos atos que compõem o procedimento sumaríssimo .....	709
10.4.9 Recursos.....	709
10.4.10 Questões relevantes .....	710
10.5 Procedimento de apuração dos crimes falimentares (arts. 503 a 512 do CPP).....	712
10.5.1 Considerações gerais.....	712

10.5.2	Aspectos relativos ao novo procedimento de apuração dos crimes falimentares introduzido pela Lei 11.101/2005 .....	712
10.5.3	Procedimento de apuração dos crimes falimentares (art. 185 da Lei 11.101/2005) .....	717
10.6	Procedimento dos crimes praticados por funcionários públicos contra a administração pública (arts. 513 a 518 do CPP).....	720
10.6.1	Considerações gerais.....	720
10.6.2	Atos que compõem o procedimento .....	720
10.6.2.1	Procedimento de apuração em se tratando de crimes inafiançáveis.....	720
10.6.2.2	Procedimento de apuração em se tratando de crimes afiançáveis.....	721
10.6.3	Questões controvertidas pertinentes ao rito.....	723
10.6.3.1	Crime praticado durante o exercício funcional, deixando o agente de ser funcionário público em momento posterior.....	723
10.6.3.2	Falta de notificação para apresentação da resposta preliminar prevista no art. 514 quando se tratar de crime funcional afiançável.....	723
10.6.3.3	Funcionário público com foro privilegiado.....	724
10.7	Procedimento dos crimes contra honra (arts. 519 a 523 do CPP). .....	724
10.7.1	Considerações gerais.....	724
10.7.2	Atos que compõem o rito.....	727
10.7.3	Pedido de explicações (art. 144 do Código Penal).....	732
10.8	Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial (arts. 524 a 530 do CPP) .....	733
10.8.1	Considerações gerais.....	733
10.8.2	Peculiaridades pré-processuais do rito de apuração dos crimes de ação penal privada (arts. 524 a 530-A do CPP)...	734
10.8.3	Peculiaridades pré-processuais do rito de apuração dos crimes de ação penal pública (arts. 530-B a 530-I do CPP) .....	736
10.9	Procedimento do crime de abuso de autoridade (Lei 4.898/1965). .....	737
10.9.1	Considerações gerais.....	737
10.9.2	Subsistência do procedimento especial em face do que dispõe o art. 538 do Código de Processo Penal.....	737
10.9.3	Atos que compõem o procedimento da Lei 4.898/1965....	738
10.10	Procedimento de apuração dos crimes de imprensa (Lei 5.250/1967)...	740
10.11	Procedimento de apuração dos crimes relacionados a drogas (Lei 11.343/2006).....	740
10.11.1	Considerações gerais.....	740
10.11.2	A prova da materialidade .....	740
10.11.3	Colaboração do criminoso e delação premiada .....	741
10.11.4	Síntese do procedimento judicial previsto na Lei 11.343/2006..	742



10.11.5 Concurso de crimes.....	745
10.12 Procedimento de apuração das infrações de competência originária dos tribunais (Leis 8.038/1990 e 8.658/1993) .....	747
10.13 Prefeitos municipais: O procedimento do Decreto-lei 201/1967 frente às regras da Lei 8.038/1990.....	750
10.14 Procedimento relativo aos processos da competência do Tribunal do Júri (arts. 406 a 497 do CPP).....	753
10.14.1 Considerações gerais.....	754
10.14.2 O <i>judicium accusationes</i> – procedimento da primeira fase....	756
10.14.3 Decisão de pronúncia (art. 413 do CPP) .....	759
10.14.3.1 Generalidades.....	759
10.14.3.2 Natureza da decisão de pronúncia.....	759
10.14.3.3 Coisa julgada .....	759
10.14.3.4 Conteúdo .....	760
10.14.3.5 Alteração na classificação do crime .....	761
10.14.3.6 Efeitos da decisão de pronúncia.....	761
10.14.3.7 Pronúncia e crimes conexos não dolosos contra a vida.....	762
10.14.3.8 Intimação da pronúncia.....	762
10.14.3.9 A pronúncia e a prisão do réu solto .....	764
10.14.3.10 A pronúncia e a liberdade provisória mediante fiança .....	764
10.14.3.11 Recurso.....	765
10.14.4 Decisão de impronúncia (art. 414 do CPP) .....	765
10.14.4.1 Generalidades.....	765
10.14.4.2 Renovação do processo.....	765
10.14.4.3 Impronúncia e crimes conexos não dolosos contra a vida .....	765
10.14.4.4 Recurso.....	765
10.14.4.5 Impronúncia e despronúncia .....	766
10.14.5 Desclassificação (art. 419 do CPP).....	766
10.14.5.1 Cabimento e consequências .....	766
10.14.5.2 Recurso .....	768
10.14.6 Absolvição sumária (art. 415 do CPP).....	768
10.14.6.1 Generalidades.....	768
10.14.6.2 Recurso.....	769
10.14.6.3 Absolvição sumária e crimes conexos .....	770
10.14.7 Inclusão de pessoas e cisão facultativa .....	770
10.14.8 O <i>judicium causae</i> – procedimento da segunda fase.....	770
10.14.9 Desaforamento.....	771
10.14.10 Habilitação do assistente de acusação .....	772
10.14.11 A sessão de julgamento.....	772
10.14.12 Desclassificação própria e desclassificação imprópria em plenário de julgamento .....	784

10.14.13 Breve roteiro dos atos que compõem a sessão de julgamento pelo júri.....	785
10.15 Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003).....	788
10.15.1 Considerações gerais.....	788
10.15.2 Procedimento de apuração dos crimes tipificados no Estatuto.....	789
10.15.2.1 Crimes cuja pena máxima não ultrapasse quatro anos de prisão.....	789
10.15.2.2 Crimes cuja pena máxima ultrapasse quatro anos de prisão.....	790
10.15.3 Procedimento de apuração de crimes praticados contra idosos não tipificados no Estatuto do Idoso.....	790
10.15.4 Fase policial e juízo competente para apuração.....	791
10.15.5 Quadro analítico dos tipos penais definidos no Estatuto do Idoso.....	792
10.16 Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei 11.340/2006) ...	793
10.16.1 Considerações gerais.....	793
10.16.2 Conceito e formas de violência doméstica e familiar contra a mulher.....	794
10.16.3 A não aplicação dos institutos despenalizadores da Lei 9.099/1995 (art. 41).....	795
10.16.4 Proibição de aplicação de penas de multa e cestas básicas (art. 17).....	797
10.16.5 Competência (arts. 13 a 17).....	797
10.16.6 Medidas protetivas (arts. 11, 22, 23 e 24).....	798
10.16.7 Possibilidade de prisão preventiva (art. 20).....	800
10.16.8 A retratação da representação nos crimes de ação penal pública condicionada (art. 16).....	801
10.16.9 A exigência de representação da vítima no crime de lesões corporais de natureza leve.....	802
10.17 Questões.....	803

<b>11. PRISÃO PROCESSUAL – MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. LIBERDADE PROVISÓRIA .....</b>	<b>809</b>
11.1 A Lei 12.403, de 04 de maio de 2011: aspectos gerais.....	810
11.1.1 Noções introdutórias sobre as alterações determinadas pela Lei 12.403/2011.....	810
11.1.2 Outras alterações.....	818
11.3 O direito intertemporal .....	819
11.2 Medidas cautelares (prisão e medidas diversas da prisão): características, princípios informadores e requisitos de aplicação .....	823
11.2.1 Características: jurisdicionalidade, provisoriedade, revogabilidade, excepcionalidade, substitutividade e cumulatividade.....	823

11.2.2	Princípios informadores: necessidade, adequação e proporcionalidade em sentido estrito (art. 282, I e II) .....	826
11.2.3	Requisitos das medidas cautelares em geral .....	832
11.2.4	A aplicação do art. 282 à prisão temporária.....	834
11.3	Medidas cautelares (prisão e medidas diversas da prisão): tempo, legitimidade, procedimento contraditório, recursos e impugnações..	837
11.3.1	Oportunidade.....	837
11.3.2	Legitimidade.....	838
11.3.3	Procedimento contraditório.....	840
11.3.4	Recursos e impugnações .....	842
11.4	Medidas cautelares diversas da prisão (arts. 319 e 320).....	844
11.4.1	Regras gerais de aplicação.....	844
11.4.1.1	Aplicação restrita a infrações punidas com pena privativa de liberdade.....	844
11.4.1.2	Aplicação das medidas cautelares diversas da prisão: caráter autônomo, ou em substituição à prisão preventiva, ou como obrigação decorrente da liberdade provisória .....	845
11.4.1.3	Aplicação isolada ou cumulativa.....	846
11.4.1.4	Legitimidade e contraditório.....	847
11.4.1.5	Descumprimento das obrigações impostas.....	847
11.4.1.6	Revogação e substituição .....	849
11.4.2	Medidas em espécie.....	849
11.4.2.1	Comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades (art. 319, I).....	849
11.4.2.2	Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações (art. 319, II).....	850
11.4.2.3	Proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante (art. 319, III):.....	852
11.4.2.4	Proibição de ausentar-se da Comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução (art. 319, IV) .....	853
11.4.2.5	Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos (art. 319, V).....	855
11.4.2.6	Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais (art. 319, VI) .....	856

11.4.2.7	Internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável (art. 26 do CP) e houver risco de reiteração criminosa (art. 319, VII).....	857
11.4.2.8	Fiança, nas infrações que a admitem, para assegurar o comparecimento a atos do processo, evitar a obstrução do seu andamento ou em caso de resistência injustificada à ordem judicial (art. 319, VIII) .....	860
11.4.2.9	Monitoração eletrônica (art. 319, IX) .....	861
11.4.2.10	Proibição de ausentar-se do País (art. 320).....	862
11.5	Prisão Provisória .....	864
11.5.1	Considerações gerais.....	864
11.5.2	Efetivação da prisão: tempo e forma de execução.....	867
11.5.3	Mandado de prisão: conteúdo, formalidades e exibição .....	868
11.5.4	Prisão do indivíduo que se encontra em território de outra Comarca.....	869
11.5.5	A hipótese de perseguição do indivíduo que ingressa em território sujeito a outra jurisdição .....	871
11.5.6	Prisão com base em informações de sistema virtual de dados..	872
11.5.7	Prisão especial .....	873
11.6	Prisão Em flagrante .....	878
11.6.1	Natureza jurídica.....	878
11.6.2	A prisão em flagrante e o fato típico. A ilicitude e a culpabilidade .....	880
11.6.3	O flagrante nas infrações de menor potencial ofensivo, nas infrações penais culposas e em outras infrações .....	881
11.6.4	Flagrante próprio, impróprio ou presumido .....	884
11.6.5	Sujeito ativo da prisão em flagrante.....	886
11.6.6	Sujeito passivo da prisão em flagrante.....	887
11.6.6.1	Menores de 18 anos.....	887
11.6.6.2	Presidente da República.....	888
11.6.6.3	Governador de Estado.....	888
11.6.6.4	Magistrados e membros do Ministério Público.....	889
11.6.6.5	Membros do Congresso Nacional .....	890
11.6.6.6	Diplomatas estrangeiros .....	890
11.6.6.7	Agente que presta socorro à vítima após acidente de trânsito .....	891
11.6.6.8	Indivíduo que se apresenta espontaneamente à autoridade .....	891
11.6.6.9	Advogados .....	891
11.6.6.10	Autor de infração de menor potencial ofensivo....	893
11.6.6.11	Indivíduo flagrado na posse de drogas para consumo pessoal (art. 28 da Lei 11.343/2006) .....	893



11.6.6.12	Indivíduo supostamente incapaz ou parcialmente capaz de compreender o caráter ilícito de sua conduta ou de se autodeterminar segundo este entendimento .....	894
11.6.6.13	Situação do eleitor, antes e depois do pleito.....	895
11.6.7	Flagrante em crimes habituais e permanentes.....	895
11.6.8	Flagrante esperado, provocado e forjado.....	897
11.6.9	Flagrante retardado.....	898
11.6.10	Autoridade com atribuição para lavrar o auto de prisão em flagrante .....	899
11.6.11	Flagrante nos crimes de ação penal pública condicionada e de ação penal privada.....	901
11.6.12	Lavratura do auto de prisão em flagrante (arts. 304 a 309 do CPP) .....	901
11.6.12.1	Atribuição para lavratura do auto de prisão em flagrante .....	901
11.6.12.2	Procedimento de lavratura do auto de prisão em flagrante .....	903
11.6.13	O flagrante e a apresentação espontânea .....	914
11.6.14	Vista ao Ministério Público.....	914
11.7	Prisão preventiva.....	917
11.7.1	Considerações gerais.....	917
11.7.2	Fases .....	918
11.7.3	Legitimação .....	923
11.7.4	Pressupostos: indícios suficientes de autoria e prova da existência do crime (art. 312 do CPP) .....	925
11.7.5	Fundamentos: garantia da ordem pública ou econômica, conveniência da instrução criminal e segurança quanto à aplicação da lei penal .....	927
11.7.5.1	Garantia da ordem pública.....	927
11.7.5.2	Garantia da ordem econômica .....	928
11.7.5.3	Conveniência da instrução criminal.....	929
11.7.5.4	Segurança de aplicação da lei penal .....	930
11.7.6	Excepcionalidade da prisão preventiva diante das medidas cautelares diversas da prisão (art. 282, § 6º, do CPP).....	932
11.7.7	As condições pessoais do investigado ou réu e a gravidade do crime interferem na decretação da prisão cautelar?.....	932
11.7.8	Hipóteses em que é admissível a decretação da prisão preventiva (art. 313 do CPP) .....	934
11.7.8.1	Crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos (art. 313, I, do CPP).....	934
11.7.8.2	Investigado ou acusado que comete um novo crime doloso nos cinco anos subsequentes ao cumprimento	

ou extinção da pena imposta em razão da prática de outro crime doloso anterior – o chamado reincidente em crime doloso (art. 313, II, do CPP).....	939
11.7.8.3 Crimes que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência (art. 313, III, do CPP).....	941
11.7.8.4 Hipótese de dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la (art. 313, parágrafo único, do CPP) .....	944
11.7.8.5 Outras questões de admissibilidade da prisão preventiva relacionadas às hipóteses do art. 313 do CPP .....	946
11.7.9 Hipóteses em que não é admissível a decretação da prisão preventiva .....	948
11.7.10 Fundamentação (art. 315 do CPP) .....	951
11.7.11 Revogação e novo decreto (art. 316 do CPP).....	951
11.7.12 Duração da custódia: juízo de razoabilidade .....	952
11.7.13 Prisão domiciliar (arts. 317 e 318 do CPP).....	953
11.7.14 Esquema: pressupostos, fundamentos e hipóteses de admissibilidade da prisão preventiva .....	957
11.8 Prisão da pronúncia .....	957
11.9 Prisão da sentença condenatória recorrível .....	958
11.10 Prisão temporária (Lei 7.960/1989) .....	959
11.10.1 Considerações gerais e cabimento .....	959
11.10.2 Aplicação dos princípios e regras introduzidas pela Lei 12.403/2011 à prisão temporária.....	961
11.10.3 Legitimidade e prazo .....	962
11.10.4 Procedimento .....	963
11.10.5 Questões controvertidas .....	963
11.11 Liberdade provisória .....	964
11.11.1 Considerações gerais.....	964
11.11.2 Classificação (arts. 321 a 350 do CPP).....	968
11.11.2.1 Liberdade provisória obrigatória.....	968
11.11.2.2 Liberdade provisória proibida .....	971
11.11.2.3 Liberdade provisória permitida .....	977
11.11.3 A fiança .....	982
11.11.3.1 Considerações gerais.....	982
11.11.3.2 Cabimento .....	984
11.11.3.3 Valor da fiança .....	988
11.11.3.4 Incidentes, ocorrências ou vicissitudes a que está sujeita a fiança .....	989

11.11.3.5 Recursos pertinentes à fiança.....	994
11.11.4 Liberdade provisória por ocasião da pronúncia.....	994
11.12 Questões.....	995
<b>12. NULIDADES</b> .....	999
12.1 Considerações gerais.....	999
12.1.1 Sistemas.....	1000
12.1.2 Classificação dos vícios que podem atingir o ato jurídico.....	1000
12.1.2.1 Inexistência.....	1000
12.1.2.2 Nulidade absoluta.....	1002
12.1.2.3 Nulidade relativa.....	1004
12.1.2.4 Irregularidade.....	1005
12.1.2.5 Quadro-resumo das diferenças entre os vícios processuais.....	1006
12.1.3 Princípios que informam as nulidades.....	1008
12.1.3.1 Princípio do prejuízo.....	1008
12.1.3.2 Princípio do interesse.....	1010
12.1.3.3 Princípio da convalidação.....	1011
12.1.3.4 Princípio da extensão, sequencialidade, causalidade ou contaminação.....	1012
12.2 Nulidades em espécie segundo a classificação do Código de Processo Penal.....	1013
12.2.1 Nulidade por incompetência do juízo (art. 564, I, 1.ª parte, do CPP).....	1013
12.2.1.1 Natureza da nulidade por incompetência do juízo.....	1013
12.2.1.2 Arguição <i>ex officio</i> e mediante provocação.....	1014
12.2.1.3 Forma de arguição.....	1016
12.2.1.4 Consequências.....	1017
12.2.2 Nulidade por suspeição do juiz (art. 564, I, 2.ª parte, do CPP).....	1017
12.2.3 Nulidade por suborno do juiz (art. 564, I, parte final, do CPP).....	1018
12.2.4 Nulidade por ilegitimidade da parte.....	1018
12.2.4.1 Ilegitimidade <i>ad causam</i> .....	1018
12.2.4.2 Ilegitimidade <i>ad processum</i> .....	1019
12.2.5 Nulidade por falta de denúncia, queixa-crime ou representação e, nos processos de contravenções penais, de portaria ou de auto de prisão em flagrante (art. 564, III, “a”, do CPP).....	1020
12.2.6 Nulidade pela falta do exame de corpo de delito (art. 564, III, “b”, do CPP).....	1021
12.2.7 Nulidade pela ausência de defensor (art. 564, III, “c”, do CPP).....	1022

12.2.8	Nulidade pela falta de notificação do Ministério Público para intervir (art. 564, III, “d”, do CPP) .....	1025
12.2.9	Nulidade pela falta de citação do réu para se ver processar, falta do interrogatório do réu presente e não abertura dos prazos legais (art. 564, III, “e”, do CPP) .....	1026
12.2.10	Nulidades no procedimento do júri (art. 564, III, “f” a “l”, do CPP) .....	1030
12.2.11	Nulidade pela falta da sentença (art. 564, III, “m”, do CPP) ..	1036
12.2.12	Nulidade pela ausência do recurso de ofício (art. 564, III, “n”, do CPP) .....	1037
12.2.13	Nulidade pela ausência de intimação das partes quanto às decisões recorríveis (art. 564, III, “o”, do CPP) .....	1037
12.2.14	Nulidade em razão da inobservância de formalidade que constitua elemento essencial do ato (art. 564, IV, do CPP) ...	1038
12.3	Momentos para arguição das nulidades .....	1039
12.3.1	Momentos de arguição das nulidades relativas no procedimento do júri .....	1040
12.3.1.1	Considerações gerais sobre o procedimento do júri instituído pela Lei 11.689/2008 .....	1040
12.3.1.2	Tempo máximo de arguição das nulidades relativas no procedimento do júri .....	1041
12.3.2	Nulidades relativas aos procedimentos comum e especiais ..	1043
12.3.2.1	Considerações gerais sobre os procedimentos comum e especiais .....	1043
12.3.2.2	Tempo máximo de arguição das nulidades relativas no rito ordinário (crimes cuja pena máxima cominada for igual ou superior a quatro anos de prisão) .....	1043
12.3.2.3	Tempo máximo de arguição das nulidades relativas no rito sumário (crimes cuja pena máxima cominada seja inferior a quatro anos de prisão) ..	1045
12.3.2.4	Tempo máximo de arguição das nulidades relativas nos procedimentos especiais que incorporem as regras do procedimento ordinário .....	1046
12.3.2.5	Observação quanto ao disposto no art. 571, IV, do CPP .....	1046
12.3.2.6	Atual exegese do art. 571, VI, do CPP .....	1047
12.4	Nulidade de inquérito policial .....	1049
12.5	Questões .....	1050

### 13. SENTENÇA PENAL .....

13.1	Considerações gerais sobre os atos jurisdicionais .....	1053
13.1.1	Despachos de mero expediente .....	1056
13.1.2	Sentenças definitivas de condenação ou de absolvição ....	1056



13.1.3	Decisões interlocutórias .....	1057
13.1.4	Identificação da natureza dos pronunciamentos judiciais ..	1059
13.2	Sentenças definitivas de condenação ou de absolvição: requisitos formais .....	1060
13.2.1	Relatório .....	1060
13.2.2	Motivação .....	1062
13.2.3	Dispositivo .....	1064
13.2.4	Autenticação .....	1065
13.3	Esgotamento da instância como efeito da sentença penal absolutória e da sentença penal condenatória .....	1065
13.4	Sentença penal absolutória .....	1066
13.4.1	Fundamentos da absolvição .....	1066
13.4.2	Efeitos da sentença absolutória .....	1069
13.4.2.1	Efeito principal .....	1069
13.4.2.2	Efeitos secundários .....	1070
13.5	Sentença penal condenatória .....	1071
13.5.1	Considerações gerais .....	1071
13.5.2	Efeitos da sentença penal condenatória .....	1071
13.5.2.1	Efeitos penais da sentença condenatória .....	1071
13.5.2.2	Efeitos extrapenais da sentença condenatória ..	1073
13.5.2.3	Efeitos decorrentes de previsão constitucional ...	1079
13.6	Princípio da correlação e princípio da consubstanciação. <i>Mutatio libelli</i> e <i>emendatio libelli</i> .....	1080
13.6.1	<i>Emendatio libelli</i> (art. 383 do CPP) .....	1080
13.6.2	<i>Mutatio libelli</i> (art. 384 do CPP) .....	1084
13.6.2.1	Considerações gerais e procedimento legal .....	1084
13.6.2.2	A iniciativa do juiz em determinar vista dos autos ao Ministério Público para fins de aditamento ..	1087
13.6.2.3	Recorribilidade .....	1088
13.6.2.4	<i>Mutatio libelli</i> em crime de ação penal privada ..	1088
13.6.2.5	<i>Mutatio libelli</i> em segundo grau .....	1089
13.6.2.6	<i>Mutatio libelli</i> no procedimento do júri .....	1090
13.6.2.7	Outros exemplos de <i>emendatio</i> e <i>mutatio libelli</i> ..	1091
13.6.2.8	Esquema dos procedimentos inerentes à <i>mutatio libelli</i> (art. 384 do CPP) .....	1093
13.7	Fixação da pena na sentença condenatória .....	1094
13.7.1	Síntese do método trifásico no cálculo da pena privativa da liberdade .....	1094
13.7.2	Fixação das penas restritivas de direito .....	1099
13.7.2.1	Considerações gerais .....	1099
13.7.2.2	Natureza .....	1102
13.7.2.3	Condições para a substituição .....	1103
13.7.2.4	Critérios de substituição .....	1104
13.7.3	Fixação da pena de multa .....	1104

13.8	Sentença condenatória e pedido de absolvição .....	1105
13.9	Reconhecimento de agravantes <i>ex officio</i> pelo juiz.....	1106
13.10	Publicação da sentença.....	1107
13.11	Intimação das partes da sentença.....	1108
13.12	Embargos declaratórios contra sentença (art. 382 do CPP).....	1110
13.12.1	Cabimento.....	1110
13.12.2	Prazo e forma.....	1110
13.12.3	Efeitos.....	1110
13.13	Reabilitação criminal (arts. 93 a 95 do CP).....	1112
13.13.1	Considerações gerais.....	1112
13.13.2	Pressupostos da reabilitação.....	1113
13.13.3	Extensão da reabilitação.....	1115
13.13.4	Efeitos.....	1115
13.13.5	Revogação da reabilitação criminal.....	1116
13.13.6	Recurso cabível.....	1117
13.13.7	Síntese do procedimento reabilitatório .....	1117
13.14	Questões .....	1118

#### 14. RECURSOS CRIMINAIS TEORIA GERAL E RECURSOS EM ESPÉCIE .....

14.1	Considerações gerais.....	1122
14.1.1	Conceito, natureza jurídica e finalidades.....	1122
14.1.2	Classificações .....	1123
14.2	Juízo de admissibilidade dos recursos: a prelibação .....	1124
14.2.1	Pressupostos recursais objetivos.....	1126
14.2.1.1	Cabimento .....	1126
14.2.1.2	Tempestividade .....	1129
14.2.1.3	Forma dos recursos sob o prisma da interposição..	1136
14.2.1.4	Forma dos recursos sob o prisma das razões...	1137
14.2.1.5	Preparo (pagamento antecipado das custas de processamento do recurso).....	1139
14.2.2	Pressupostos recursais subjetivos .....	1140
14.2.2.1	Legitimidade para a interposição do recurso....	1140
14.2.2.2	Interesse em recorrer .....	1143
14.3	Efeito extensivo dos recursos.....	1146
14.4	Desistência do recurso e renúncia ao direito de recorrer.....	1147
14.4.1	Desistência do recurso .....	1147
14.4.2	Renúncia ao direito de recorrer.....	1148
14.4.3	Quem pode desistir do direito de recorrer e renunciar ao direito de interpor o recurso?.....	1148
14.5	Efeitos dos recursos.....	1149
14.5.1	Efeito devolutivo.....	1149

14.5.2	Efeito suspensivo.....	1152
14.5.3	Efeito regressivo.....	1154
14.5.4	Efeito translativo .....	1154
14.6	Voluntariedade e reexame necessário (recurso <i>ex officio</i> ).....	1155
14.6.1	Considerações gerais.....	1155
14.6.2	Constitucionalidade do reexame necessário.....	1156
14.6.3	Previsões legais de reexame necessário.....	1157
14.6.4	Coexistência do recurso de ofício com o recurso voluntário ...	1158
14.7	Recurso em sentido estrito (arts. 581 a 592 do CPP).....	1159
14.7.1	Cabimento.....	1159
14.7.2	Hipóteses de cabimento previstas no art. 581 do CPP.....	1162
14.7.3	Prazo e forma de interposição.....	1182
14.7.4	Efeitos.....	1182
14.7.5	Formalidades na tramitação .....	1184
14.7.6	Competência para o julgamento.....	1186
14.7.7	Processamento .....	1186
14.7.8	Breve esquema acerca da tramitação do RSE.....	1187
14.7.9	Fuga do réu e recebimento do recurso em sentido estrito	1188
14.8	Apelação (arts. 593 a 606 do CPP).....	1188
14.8.1	Cabimento.....	1188
14.8.2	Apelação das decisões do Tribunal do Júri.....	1191
14.8.3	Forma e prazos.....	1195
14.8.4	Efeitos.....	1196
14.8.5	Tramitação segundo o Código de Processo Penal .....	1198
14.8.6	Fuga do réu e deserção da apelação.....	1199
14.9	Embargos infringentes (art. 609, parágrafo único, do CPP).....	1200
14.9.1	Cabimento.....	1200
14.9.2	Prazo. Forma. Competência para o julgamento .....	1202
14.9.3	Efeitos.....	1202
14.9.4	Embargos infringentes e divergência parcial.....	1203
14.10	Embargos declaratórios (arts. 619 e 620 do CPP) .....	1205
14.10.1	Cabimento.....	1205
14.10.2	Prazo e forma.....	1206
14.10.3	Efeitos em relação ao prazo dos demais recursos .....	1207
14.10.4	Embargos declaratórios com efeitos infringentes .....	1207
14.10.5	Embargos declaratórios no Juizado Especial Criminal .....	1208
14.10.6	Embargos declaratórios nos Regimentos Internos do STJ e STF .....	1209
14.11	Agravo em execução (art. 197 da Lei 7.210/1984) .....	1209
14.11.1	Cabimento.....	1209
14.11.2	Efeitos.....	1210
14.12	Carta testemunhável (arts. 639 a 646 do CPP) .....	1211
14.12.1	Considerações gerais e características.....	1211
14.12.2	Cabimento.....	1213

14.12.3	Prazo, forma e rito.....	1215
14.12.4	Possibilidade, no julgamento da carta, de enfrentamento da questão objeto do recurso denegado ou obstado.....	1216
14.12.5	Esquema de situação envolvendo o manejo de carta testemunhável em relação à decisão denegatória de recurso em sentido estrito pelo juiz.....	1217
14.13	Recursos extraordinário e especial (arts. 102, III, e 105, III, da Constituição Federal).....	1217
14.13.1	Considerações gerais.....	1217
14.13.1.1	Previsões constitucionais do recurso extraordinário.....	1218
14.13.1.2	Previsões constitucionais do recurso especial..	1221
14.13.2	Outros requisitos de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário.....	1223
14.13.3	A repercussão geral da matéria constitucional tratada no recurso extraordinário (art. 102, § 3.º, da CF).....	1226
14.13.4	Múltiplos recursos extraordinários sobre idêntica controvérsia.....	1229
14.13.5	Múltiplos recursos especiais sobre idêntica controvérsia ...	1231
14.13.6	Efeitos dos recursos extraordinário e especial.....	1234
14.13.7	Questões processuais atinentes aos recursos extraordinário e especial.....	1235
14.13.8	Sinopse das semelhanças e diferenças na regulamentação dos recursos extraordinário e especial.....	1236
14.14	Agravo (art. 544 do Código de Processo Civil, alterado pela Lei 12.322/2010).....	1238
14.14.1	Considerações gerais.....	1238
14.14.2	Prazo.....	1239
14.14.3	Procedimento.....	1239
14.15	Agravo interno (art. 545 do CPC, alterado pela Lei 12.322/2010, e Resolução do STF 451/2010).....	1240
14.16	Embargos de divergência (art. 29 da Lei 8.038/1990).....	1242
14.16.1	Considerações gerais.....	1242
14.16.2	Órgão julgador.....	1242
14.17	Recurso ordinário em matéria criminal (arts. 102, II, e 105, II, da CF e arts. 30 a 32 da Lei 8.038/1990).....	1243
14.17.1	Cabimento.....	1243
14.17.2	Processamento do recurso ordinário para o STF.....	1245
14.17.3	Processamento do recurso ordinário para o STJ.....	1245
14.18	Questões.....	1246
15.	<b>HABEAS CORPUS, REVISÃO CRIMINAL, MANDADO DE SEGURANÇA, CORREIÇÃO PARCIAL E RECLAMAÇÃO</b> .....	1249
15.1	<i>Habeas corpus</i> .....	1249
15.1.1	Significado da expressão e origem histórica.....	1249



15.1.2	Conceito, natureza jurídica e classificação .....	1250
15.1.3	O constrangimento ilegal .....	1252
15.1.3.1	Quando não houver justa causa (art. 648, I)....	1252
15.1.3.2	Quando alguém estiver preso por mais tempo do que determina a lei (art. 648, II) .....	1252
15.1.3.3	Quando quem ordenar a coação não tiver competência para fazê-lo (art. 648, III) .....	1253
15.1.3.4	Quando houver cessado o motivo que autorizou a coação (art. 648, IV) .....	1253
15.1.3.5	Quando não for alguém admitido a prestar fiança, nos casos em que a lei a autoriza (art. 648, V) .....	1253
15.1.3.6	Quando o processo for manifestamente nulo (art. 648, VI) .....	1254
15.1.3.7	Quando extinta a punibilidade (art. 648, VII) ..	1255
15.1.4	Sujeitos do <i>habeas corpus</i> .....	1255
15.1.5	Petição do <i>habeas corpus</i> .....	1258
15.1.6	<i>Habeas corpus</i> e prisão administrativa .....	1258
15.1.7	<i>Habeas corpus</i> e punição disciplinar militar .....	1260
15.1.8	<i>Habeas corpus</i> e estado excepcional (sítio) .....	1261
15.1.9	Possibilidade de liminar .....	1262
15.1.10	Competência .....	1263
15.1.11	Reiteração do <i>habeas corpus</i> .....	1265
15.1.12	<i>Habeas corpus</i> como meio hábil à invalidação de provas consideradas ilícitas .....	1266
15.1.13	<i>Habeas corpus</i> e trancamento ou anulação da ação penal imputativa de crime não punido com prisão .....	1266
15.1.14	<i>Habeas corpus</i> substitutivo de via ordinária recursal .....	1266
15.1.15	<i>Habeas corpus</i> contra indeferimento de liminar em outro <i>habeas corpus</i> .....	1267
15.1.16	Outras questões relevantes envolvendo o <i>habeas corpus</i> ..	1268
15.2	Revisão criminal .....	1271
15.2.1	Conceito, natureza jurídica e pressupostos .....	1271
15.2.2	Cabimento .....	1273
15.2.3	Dilação probatória .....	1274
15.2.4	Legitimidade para o ajuizamento .....	1276
15.2.5	Ausência de prazo para o ingresso .....	1277
15.2.6	Competência para julgamento .....	1277
15.2.7	A revisão criminal e o reconhecimento de nulidades .....	1278
15.2.8	Consequências jurídicas da procedência da revisão criminal ..	1278
15.2.9	Reconhecimento ao direito de indenização na decisão que julgar procedente a revisão criminal .....	1278
15.2.10	Revisão criminal no âmbito dos Juizados Especiais Criminais ...	1279
15.2.11	Outras questões relevantes atinentes à revisão criminal ....	1280

15.3	Mandado de segurança .....	1283
15.3.1	Considerações gerais .....	1283
15.3.2	Vedações ao uso do mandado de segurança .....	1284
15.3.3	Competência para o processo e julgamento .....	1285
15.3.4	Natureza jurídica, forma e prazo .....	1287
15.3.5	Procedimento .....	1288
15.3.6	Recursos em relação às decisões de mérito proferidas em sede de mandado de segurança .....	1288
15.3.7	Hipóteses comuns de impetração do mandado de segurança criminal .....	1290
15.4	Correição parcial .....	1292
15.4.1	Considerações gerais .....	1292
15.4.2	Prazo .....	1292
15.4.3	Efeitos .....	1292
15.4.4	Procedimento .....	1293
15.5	Reclamação .....	1293
15.5.1	Considerações gerais .....	1293
15.5.2	Prazo .....	1294
15.5.3	Forma .....	1295
15.5.4	Órgão Julgador .....	1295
15.6	Questões .....	1295

<b>16. RELAÇÕES JURISDICIONAIS COM AUTORIDADES ESTRANGEIRAS .....</b>	<b>1297</b>
16.1 Considerações gerais .....	1297
16.2 Cartas Rogatórias .....	1298
16.2.1 Disciplina, conceito e regulamentação .....	1298
16.2.2 Processamento .....	1299
16.2.3 A carta rogatória para inquirição de testemunhas .....	1301
16.2.4 A carta rogatória para citação do réu .....	1302
16.3 Homologação de sentenças estrangeiras .....	1302
16.3.1 A sentença estrangeira sujeita à homologação .....	1302
16.3.2 Requisitos para a homologação .....	1303
16.3.3 Legitimidade para o requerimento de homologação .....	1304
16.3.4 Competência para a homologação .....	1305
16.3.5 Processamento do pedido de homologação .....	1305
16.3.6 Natureza jurídica da sentença de homologação .....	1307
16.3.7 Desnecessidade de homologação .....	1307

<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>1309</b>
---------------------------	-------------

<b>GABARITOS .....</b>	<b>1315</b>
------------------------	-------------